



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: Maria Daiane Cardoso Sousa

CPF: 023.519.962-16 RG: 6553130

Telefone: (93) 99213.2504

E-mail: maria daiane.18@outlook.com

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

☒ Sim () Não

2. Identificação da obra

() Monografia ☒ TCC () Dissertação () Tese () Artigo científico () Outros:

Título da obra: Pandemia da Covid-19 e alimentação

Programa/Curso de pós-graduação: Agronomia

Data da conclusão: 11 / 02 / 2022

Agência de fomento (quando houver):

Orientador: Prof.ª Dra. Danielle Wagner Silva

E-mail: danielawagner@yahoo.com.br

Co-orientador:

Examinadores: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira
Prof. Dr. Lairio Sergio Claudino

3. Informação de disponibilização do documento:

O documento está sujeito a patentes? () Sim ☒ Não

Restrição para publicação: () Total () Parcial ☒ Sem restrição

Justificativa de restrição total*:

4. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 14 / 02 / 2022

Maria Daiane Cardoso Sousa

Assinatura do autor

5. Tramitação no curso

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em ____/____/____.

Responsável: _____

Siape/Carimbo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTA
CURSO BACHARELADO EM AGRONOMIA**

MARIA DAIANE CARDOSO SOUSA

**PANDEMIA DA COVID-19 E ALIMENTAÇÃO EM COMUNIDADES E ALDEIAS
DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ**

**SANTARÉM- PA
2022**

MARIA DAIANE CARDOSO SOUSA

**PANDEMIA DA COVID-19 E ALIMENTAÇÃO EM COMUNIDADES E ALDEIAS
DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Instituto de Biodiversidade e Florestas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, para a obtenção do título de Bacharela em Agronomia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Danielle Wagner Silva

**SANTARÉM- PA
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema
Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

S725p Sousa, Maria Daiane Cardoso
 Pandemia da COVID-19 e alimentação em comunidades e aldeias da reserva
 extrativista Tapajós-Arapicums, Pará./ Maria Daiane Cardoso Sousa. – Santarém, 2022.
 38 p.: il.
 Inclui bibliografias.

 Orientadora: Danielle Wagner Silva.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste
 do Pará, Instituto de Biodiversidade e Florestas, Curso Bacharelado em Agronomia.

1. Soberania alimentar. 2. Sistema agroalimentar. 3. Amazônia. I. Silva, Danielle
Wagner, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 616.2414

MARIA DAIANE CARDOSO SOUSA

**PANDEMIA DA COVID-19 E ALIMENTAÇÃO EM COMUNIDADES E ALDEIAS
DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao
Instituto de Biodiversidade e Florestas, da Universidade
Federal do Oeste do Pará, para a obtenção do título de
Bacharela em Agronomia

Conceito: Aprovado

Data de Aprovação: 11/02/2022



Profª. Dra. Danielle Wagner Silva – Presidente/Orientadora
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA



Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA



Prof. Dr. Lívio Sérgio Claudino
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESPA

Dedico aos meus nove irmãos, minha mãe e
meu pai (*in memória*).

AGRADECIMENTOS

À Deus, que na sua bondade e misericórdia, me conduziu até aqui, tornando possível o término deste ciclo da minha vida. Ao meu pai Ivonilson (*in memória*) e minha mãe Dilza, por acreditarem em mim, por todos os seus ensinamentos, trabalhos (fruto do suor da roça) para suprir as necessidades básicas dos meus estudos. Aos meus nove irmãos: Alessandra, Andreia, Daniele, Danilo, Rosana, Rosielma, Junior, Wagner e Wilson, por todo incentivo, suportes financeiro e emocional, e acima de tudo pelos momentos em que me fizeram sentir amada e entender o quão importante era ter um diploma de ensino superior. À minha avó Irene (professora a qual me alfabetizou), por todas as minhas memórias de infância e por me ensinar que a educação seria o único caminho para ter mais dignidade e qualidade de vida. Aos meus amigos que sempre estiveram por perto para me incentivar e me proporcionarem momentos de descontração. Ao Dr. Heitor Caldas e à minha terapeuta Dra. Paola Consiglio, por todo tratamento psicológico no decorrer da minha graduação, tornando possível meu estado funcional. À professora Dra. Danielle Wagner, por me orientar neste Trabalho de Conclusão de Curso, por não medir esforços na orientação (ainda que a distância), e acima de tudo pela amizade construída durante o meu percurso acadêmico, por me ajudar em diversos momentos a não desistir do Curso, acreditando no meu potencial. Sua persistência em mim fez eu reencontrar sentido na profissão a qual eu escolhi seguir. Obrigada! À Organização TAPAJÓARA, na pessoa do presidente Dinael Cardoso, pela oportunidade da ida à campo, e aos colaboradores da Organização, Anderci e Marcílio, por não medirem esforços em me acompanhar nas comunidades e aldeias mais remotas durante a pesquisa. Às lideranças das 13 comunidades/ Aldeias visitadas, pelo acolhimento, pela participação e todo aprendizado durante as entrevistas. Ao ICMBio, na pessoa da Jackeline Nóbrega, pelas conversas, ensinamentos e disponibilidade na condução da pesquisa. Aos membros da banca pela disponibilidade em comparecer à minha defesa. À Universidade Federal do Oeste do Pará, por contribuir na minha formação. À Secretaria Acadêmica do IBEF, na pessoa da Maria Eduarda, por toda disponibilidade em suprir minhas dúvidas quanto ao meu percurso acadêmico. E a todos que direta ou indiretamente me apoiaram, meu muito obrigada.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi identificar os principais impactos que pandemia da Covid-19 trouxe sobre o consumo e a produção de alimentos, no primeiro semestre de 2020, em comunidades rurais situadas na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, município de Santarém, Brasil. Apesar dos estudos voltados para entender os impactos da pandemia no rural, percebeu-se uma lacuna ao tratar desses efeitos em populações tradicionais na Amazônia no que se refere à alimentação e a produção de alimentos. A coleta dos dados empíricos foi realizada através de entrevistas com as lideranças de 13 comunidades e aldeias da Resex Tapajós-Arapiuns. Os resultados mostraram que o consumo de alimentos industrializados por parte dos comunitários, principalmente de enlatados, precede a pandemia. Entretanto, com a chegada da Covid-19, o consumo desses alimentos aumentou; o suprimento do déficit de alimentos melhorou a partir do mês de maio, devido a doação de cestas básicas por meio de projetos empreendidos por lideranças comunitárias e de associações, gestores públicos e agentes de organizações parceiras. Quanto à produção de alimento, os comunitários consideraram não ter havido mudanças, pois as atividades referentes à pesca, roçado e produção da farinha continuaram sendo realizadas de forma familiar. No entanto, com o fechamento das escolas, houve aumento na presença das crianças no roçado. No que se refere à produção agroextrativista, houve impacto na dinâmica socioeconômica em comunidades que trabalham o extrativismo não madeireiro. Ressalta-se também que a relação das famílias com as plantas medicinais foi essencial para o tratamento dos comunitários que adoeceram de Covid-19.

Palavras-chave: Soberania Alimentar. Sistema Agroalimentar. Amazônia.

ABSTRACT

The purpose of this pandemic was to identify the main impacts of Covid-19 on work on food consumption and production, in the first half of 2020, in rural communities located in the Tapajós Arapiuns Extractive Reserve, municipality of Santarém, Brazil. Despite the fact that independent pandemic studies do not refer to rural food problems to understand the problems and gaps of traditional food production in the Amazon with regard to a traditional food diet. Empirical data collection was carried out through interviews with leaders from 13 communities and villages in the Resex Tapajós-Arapiuns. industrial results because the consumption of food from suppliers precedes the part of food consumption, mainly of lattes, those that precede the pandemic. However, with the arrival of Covid-19, the consumption of these foods increased; from the food deficit, it improved from the month of May, due to the action of basic food baskets through organizations undertaken by leaders of community projects and associations, public managers and partner agents. As for the food production activities, the training representatives considered that they did not exist, as the activities related to food, swidden and flour production continued to be presented by family members. However, with the closing of schools, there was an increase in the presence of children in the fields. With regard to agro-extractive production, there was an impact on the socioeconomic dynamics in communities that work in non-timber extractivism. It is also noteworthy that the relationship of families with medicinal plants was essential for the treatment of salons that fell ill with Covid-19.

Keywords: Food Sovereignty. Agrifood System. Amazonia.

.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Mapa 1- Localização das comunidades visitadas na Resex Tapajós- Arapiuns, Pará, Brasil.....	18
Tabela 1- Lideranças entrevistadas por comunidade e/ou aldeia	19
Figura 1- Entrevistas com os participantes da pesquisa	19
Figura 2- Álcool em gel e remédio caseiro encontrados no dia a dia na casa das famílias.....	30

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
CADUN- Cadastro Único
CITUPI- Conselho Indígena Tupinambá
DSEI- Distrito Sanitário de Saúde Indígena
FUS- AM- Fundação em Vigilância em Saúde do Amazonas
GECOR- Grupo de Estudo em Estruturas Coordenadas
GEPAD- Grupo de Estudo em Pesquisa, Alimentação e Desenvolvimento
ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
OMS- Organização Mundial da Saúde
RESEX- Reserva Extrativista
RESEX TA- Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns
SESPA- Secretaria de Estado de Saúde do Pará
SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena
SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISBIO- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC- Sistema Nacional de Unidade de Conservação
PSA- Projeto Saúde Alegria
PNPCT- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
TAPAJOARA- Organização das Associações das Comunidades e Aldeias da Reserva Agroextrativista Tapajós Arapiuns
TCLE- Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UC- Unidade de Conservação
UFOPA- Universidade Federal do Oeste do Pará
UNISC- Universidade em Santa Cruz do Sul
UTI- Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 MÉTODO	16
2.1 Caracterização da RESEX Tapajós Arapiuns	17
2.2 Caracterização da área de estudo	17
2.3 O contexto da ida ao campo	18
2.4 Instrumento de coletas de coletas de dados	19
2.5 Seleção dos participantes	19
2.6 Análise dos dados	20
3 A PANDEMIA DA COVID-19 NA AMAZÔNIA	21
4 O CENÁRIO DA COVID-19 NA RESEX TAPAJÓS ARAPIUNS	24
5 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ALIMENTAÇÃO E EM SISTEMAS PRODUTIVOS DE COMUNIDADES DA RESEX TA	26
6 REMEDIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR POR MEIO DA DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS.....	31
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista	
APENDICE B- Termo de Consentimento Livre Esclarecido	
ANEXO A- Carta de Aceite	
ANEXO B- Modelo de apresentação de artigo da Revista da UNISC/ REDES	

APRESENTAÇÃO

Pesquisas que objetivam diagnosticar, compreender, analisar e propor reflexões a partir do impacto que a pandemia da Covid-19 trouxe (e vem trazendo) sobre a humanidade têm se tornado algo essencial no campo da pesquisa acadêmica. Minha motivação para a construção deste trabalho surgiu da importância de se compreender como as populações tradicionais estavam sendo impactadas nos primeiros meses de pandemia na Amazônia. Neste ponto, buscou-se estudar algumas localidades de uma Unidade de Conservação- UC na região Oeste do Pará, a Reserva Extrativista- RESEX Tapajós-Arapiuns. A escolha desta Reserva se deu em função da autora deste trabalho ser oriunda da região e ter por anseio entender de que forma a pandemia impactou o meio rural nos primeiros meses da pandemia, em especial os povos tradicionais que habitam dentro do seu território.

Como graduanda do curso de Agronomia, busquei foco nos impactos sobre o consumo e a produção de alimentos em populações dentro dessa UC. Aqui, vale ressaltar que no primeiro semestre de 2020, muitos pesquisadores foram impedidos de ir a campo por haver medidas restritivas dos órgãos governamentais para evitar a disseminação do novo Coronavírus. Neste caso em especial, considerou-se o fato de eu ser moradora da RESEX e fazer parte do quadro de colaboradores da Organização das Associações das Comunidades da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (TAPAJOARA). O contexto das visitas em comunidades e aldeias da região se deu em meio à necessidade (da Organização) de tornar público o I Edital de Chamada Pública do Fundo Socioambiental da TAPAJOARA do ano de 2020, no período de 03 a 07 de julho de 2020. Desta forma, uma vez já tido a motivação pela construção da pesquisa (e que inicialmente seria construído a partir de dados secundários), houve a possibilidade da coleta *in loco*, tomando todos os cuidados necessários, como uso de máscara, álcool em gel e entrevistas apenas com lideranças.

Esse trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado “Agricultura Familiar paraense no contexto da Pandemia de covid-19” e foi redigido no formato de artigo científico, de acordo com as diretrizes de submissão da Revista do Desenvolvimento Regional (REDES), vinculada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC) e ao seu Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (CEPEDER). As normas indicadas para a redação de artigos desta revista estão disponíveis no ANEXO B deste trabalho.

Pandemia da Covid-19 e alimentação em comunidades e aldeias da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará

Maria Daiane Cardoso Sousa

Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém – Pará – Brasil

ORCID:

Danielle Wagner Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém – Pará – Brasil

ORCID:

Resumo

O objetivo desse trabalho foi identificar os principais impactos que pandemia da Covid-19 trouxe sobre o consumo e a produção de alimentos, no primeiro semestre de 2020, em comunidades rurais situadas na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, município de Santarém, Brasil. Apesar dos estudos voltados para entender os impactos da pandemia no rural, percebeu-se uma lacuna ao tratar desses efeitos em populações tradicionais na Amazônia no que se refere à alimentação e a produção de alimentos. A coleta dos dados empíricos foi realizada através de entrevistas com as lideranças de 13 comunidades e aldeias da Resex Tapajós-Arapiuns. Os resultados mostraram que o consumo de alimentos industrializados por parte dos comunitários, principalmente de enlatados, precede a pandemia. Entretanto, com a chegada da Covid-19, o consumo desses alimentos aumentou; o suprimento do déficit de alimentos melhorou a partir do mês de maio, devido a doação de cestas básicas por meio de projetos empreendidos por lideranças comunitárias e de associações, gestores públicos e agentes de organizações parceiras. Quanto à produção de alimento, os comunitários consideraram não ter havido mudanças, pois as atividades referentes à pesca, roçado e produção da farinha continuaram sendo realizadas de forma familiar. No entanto, com o fechamento das escolas, houve aumento na presença das crianças no roçado. No que se refere à produção agroextrativista, houve impacto na dinâmica socioeconômica em comunidades que trabalham o extrativismo não madeireiro. Ressalta-se também que a relação das famílias com as plantas medicinais foi essencial para o tratamento dos comunitários que adoeceram de Covid-19.

Palavras-chave: Soberania Alimentar. Sistema Agroalimentar. Amazônia.

Covid-19 pandemic and food in communities and villages of the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve, Pará

Abstract

The purpose of this pandemic was to identify the main impacts of Covid-19 on work on food consumption and production, in the first half of 2020, in rural communities located in the Tapajós Arapiuns Extractive Reserve, municipality of Santarém, Brazil. Despite the fact that independent pandemic studies do not refer to rural food problems to understand the problems and gaps of traditional food production in the Amazon with regard to a traditional food diet. Empirical data collection was carried out through interviews with leaders from 13 communities and villages in the Resex Tapajós-Arapiuns. Industrial results because the consumption of food from suppliers precedes the part of food consumption, mainly of lattes, those that precede the pandemic. However, with the arrival of Covid-19, the consumption of these foods increased; from the food deficit, it improved from the month of May, due to the action of basic food baskets through organizations undertaken by leaders of community projects and associations, public managers and partner agents. As for the food production activities, the training representatives considered that they did not exist, as the activities related to food, swidden and flour production continued to be presented by family members. However, with the closing of schools, there was an increase in the presence of children in the fields. With regard to agro-extractive production, there was an impact on the socioeconomic dynamics in communities that work in non-timber extractivism. It is also noteworthy that the relationship of families with medicinal plants was essential for the treatment of salons that fell ill with Covid-19.

Keywords: Food Sovereignty. Agrifood System. Amazonia.

Pandemia de Covid-19 y alimentación en comunidades y aldeas de la Reserva Extractiva Tapajós-Arapiuns, Pará

Resumen

El objetivo de este trabajo fue identificar los principales impactos que la pandemia de Covid-19 trajo sobre el consumo y la producción de alimentos, en el primer semestre de 2020, en comunidades rurales ubicadas en la Reserva Extractiva Tapajós Arapiuns, municipio de Santarém, Brasil. A pesar de los estudios destinados a comprender los impactos de la pandemia en las zonas rurales, se percibió un vacío en el abordaje de estos efectos en las poblaciones tradicionales de la Amazonía en lo que respecta a la alimentación y la producción de alimentos. La recolección de datos empíricos se realizó a través de entrevistas con los líderes de 13 comunidades y pueblos de la Resex Tapajós-Arapiuns. Los resultados mostraron que el consumo de alimentos industrializados por la comunidad, principalmente enlatados, antecede a la pandemia. Sin embargo, con la llegada del Covid-19, se incrementó el consumo de estos alimentos; el abastecimiento del déficit alimentario mejoró a partir de mayo, gracias a la donación de canastas básicas a través de proyectos realizados por líderes comunitarios y asociativos, gestores públicos y agentes de organizaciones socias. En cuanto a la producción de alimentos, los comuneros consideraron que no hubo cambios, ya que las actividades relacionadas con la pesca, la quema y la producción

de harina continuaron realizándose de manera familiar. Sin embargo, con el cierre de las escuelas, aumentó la presencia de niños en los campos. En cuanto a la producción agroextractivista, hubo un impacto en la dinámica socioeconómica en las comunidades que trabajan en el extractivismo no maderable. También se destaca que la relación de las familias con las plantas medicinales fue fundamental para el tratamiento de los comuneros que enfermaron de Covid-19.

Palabras clave: Soberanía Alimentaria. Sistema Agroalimentario. Amazonas.

1 Introdução

No final de dezembro de 2019 teve início o contexto de um surto epidemiológico no mundo, provocando crises nas diferentes esferas da vida humana (CLAUDINO, 2020). O início desse surto foi na cidade de Wuhan (China), quando alguns médicos passaram a ter contato com pacientes que apresentavam uma espécie de pneumonia de origem desconhecida. E, diante ao fato de uma doença desconhecida e de sua gravidade, iniciou-se uma mobilização entre médicos e autoridades de saúde para a sua descoberta. E, em de janeiro do ano de 2020, cientistas chineses anunciaram que o agente causador da doença era um novo Coronavírus (Sars-CoV-2), causando a COVID-19 (MARQUES, SILVEIRA & PIMENTA, 2020). Segundo WHO (2020), em um cenário com mais de 110 mil casos distribuídos em 114 países (incluindo o Brasil), a OMS decretou a pandemia da COVID-19 no dia 11 de março de 2020. Aqui, vale destacar, que no Brasil o primeiro caso registrado dessa doença foi no dia 26 de fevereiro de 2020, e um mês após a esse primeiro registro, o número foi para 2.433 casos confirmados, 59 mortes e 284 novos casos nas últimas 24 horas do dia 26 de março de 2020. A partir desses dados, o número passou a crescer de forma exponencial, levando a inúmeros óbitos (CAVALCANTE et al., 2020). Segundo os dados do Ministério da Saúde, de 26 de fevereiro a 30 de junho de 2020 foram confirmados mais de 59 mil mortes e 1,3 milhão de casos.

Nesse contexto pandêmico, com os números de casos crescendo e de pessoas vindo a óbito, os impactos foram além do nível epidemiológico e biomédico, mas também a nível econômico, social, cultural e político, repercutindo no meio rural (CLAUDINO, 2020). Segundo Cataia (2020), a situação geográfica das regiões reflete nas desigualdades socioespaciais e têm seu ápice nas “periferias do sistema”, e a partir disso se tornam “centro de encruzilhada” em tempos pandêmicos. Esse estudo corrobora com os dados de Mathis (2020), apresentando o Pará como o estado mais vulnerável (quando se trata de renda, condições sanitárias, entre outros) e as diferenças são acentuadas entre as populações rurais e as urbanas.

Para entender melhor como o rural estava sendo impactado no primeiro momento da pandemia, e assim fazer suas previsões de como se daria nos meses posteriores, muitos pesquisadores destinaram suas atenções para esses estudos. Destaque-se entre eles o Grupo de Estudos em Pesquisa, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD), tomando como foco a análise da alimentação e agricultura em tempos de mudança; O “Grupo Covid-19 e o Agro”, ligados ao Grupo de Estudos em Estruturas Coordenadas (GECOR), estudando sobre os efeitos da pandemia na vida dos trabalhadores do campo, dentre outros. Após esse primeiro

semestre de 2020, muitos pesquisadores também se debruçaram sobre a temática da pandemia e o rural. Neste sentido, por ainda se está vivendo um contexto pandêmico, as mensurações são de médio e longo prazo, sendo, portanto, objeto de muitas pesquisas ainda (CLAUDINO, 2020).

Com isso, apesar dos estudos que foram (e continuam sendo) realizados discutirem o contexto pandêmico, nota-se uma lacuna ao se tratar de discussões sobre os efeitos no que se refere às populações rurais, principalmente as populações tradicionais, situadas em municípios da Amazônia. Desta forma, este trabalho busca analisar os impactos que Pandemia Covid-19 trouxe nos primeiros meses de 2020 sobre o consumo e a produção de alimentos em comunidades rurais tradicionais, uma vez que estão mais afastadas dos centros urbanos. A área de estudo escolhida foi uma Reserva Extrativista no Oeste do Pará: A RESEX Tapajós-Arapiuns (RESEX TA), que abrange os municípios de Santarém e Aveiro. Presume-se que a partir deste breve diagnóstico levantado, futuramente venha servir (unido a outros materiais) como base para possíveis implementações de políticas públicas, voltadas para as populações tradicionais da região.

Para a nortear esse trabalho, foi definida a seguinte questão norteadora: De que forma a pandemia da Covid-19 impactou o consumo e a produção de alimentos por populações tradicionais da RESEX TA, no primeiro semestre de 2020? Partindo dessa questão, o objetivo deste trabalho foi analisar, a partir da percepção de lideranças comunitárias, os principais impactos da pandemia Covid-19 em relação a alimentação e a produção de alimentos em populações tradicionais da RESEX TA.

A partir do objetivo geral foram delimitados os seguintes objetivos específicos: 1. Compreender o contexto do início da Pandemia Covid-19 em comunidades rurais da RESEX TA; 2. Identificar mudanças nas práticas de produção de alimentos em decorrência da pandemia da Covid-19; 3. Identificar mudanças nas práticas de consumo de alimentos em comunidades e aldeias da RESEX Tapajós-Arapiuns; 4. Analisar os efeitos da Covid-19 em função do consumo e da produção de alimentos no primeiro semestre de 2020.

Este artigo foi estruturado em cinco seções além das considerações finais e desta introdução. A seção a seguir apresenta os procedimentos metodológicos que nortearam a realização da pesquisa. Em sequência, a seção 03 procura apresentar o contexto do início da pandemia da Covid-19 na Amazônia, descrevendo seus efeitos no rural. A quarta seção é apresentado o cenário da pandemia da Covid-19 na Resex Tapajós Arapiuns, apresentando o contexto das populações participantes da pesquisa frente à pandemia, quanto ao modo de vida, saúde, sistemas produtivos e alimentação. Por fim, na última seção serão apresentados e discutidos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre as comunidades no primeiro semestre de 2020, em especial quanto a alimentação e atividades produtivas.

2 Métodos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa de caráter exploratória e foi feita a partir de pesquisa bibliográfica sobre a temática e de pesquisa empírica. A revisão de literatura ocorreu a partir da leitura de artigos científicos, relatórios técnicos, boletins informativos do Ministério da Saúde, noticiários jornalísticos, entre outros. A

temática central para a busca dos materiais bibliográficos, em primeiro momento, foi a “A pandemia da Covid-19 e o meio rural”. Posterior a isso, a busca se deteve em materiais cuja temática tratava da “Covid-19 na Amazônia” e outros que relacionava a “Pandemia e seus efeitos em populações rurais”. A leitura desses materiais se justifica por tratarem de assuntos relacionados com o objeto de análise da pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas feitas *in loco* no mês de julho de 2020. O tratamento dos dados teve uma abordagem qualitativa, traduzindo os resultados em conceitos e ideias.

Nas seções a seguir são apresentados a caracterização do território da RESEX TA (indicando os locais onde foi realizado a pesquisa), o contexto da ida ao campo, os instrumentos de coleta de dados, a seleção dos participantes e meio de análise dos dados.

2.1 Caracterização da RESEX Tapajós Arapiuns

A Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns está localizada nos Municípios de Santarém e Aveiro, ao oeste do Estado do Pará. Na região do Tapajós, os limites da RESEX vão da Comunidade de Vila Franca (extremo norte da reserva, Baixo Tapajós- município de Santarém) até Escrivão (Alto Tapajós- município de Aveiro). Na Região do Arapiuns, seus limites vão da Comunidade de Anã (Baixo Tapajós- Município de Santarém) até Nova Canaã (Alto Arapiuns, Município de Santarém). O acesso à reserva é realizado a partir de embarcações, saindo de Santarém, pelo Rio Tapajós, a distância aproximada até o extremo norte da Reserva é de 52 Km, tendo como norte a comunidade de Vila Franca, local de encontro entre os rios Tapajós e Arapiuns (ICMBIO, 2016).

No que se refere à população humana e seus aspectos sociais, destaca-se a presença de indígenas e não indígenas, totalizando 74 comunidades e/ou aldeias. Em termos quantitativos, foram encontradas em torno de 3. 500 famílias e cerca de 18 mil moradores (ICMBIO, 2016). Por se tratar de dados antigos, há relatos do aumento do número de famílias e moradores. Segundo os dados do levantamento participativo realizado em 2011 pelo ICMBIO, existem diferentes etnias na região, dentre elas: Arapyun, Arara Vermelha, Cobra Grande, Jaraqui, Maitapu, Munduruku, Cara Preta, Tapaiu, Tapajó e Tupinambá (ICMBIO, 2016)

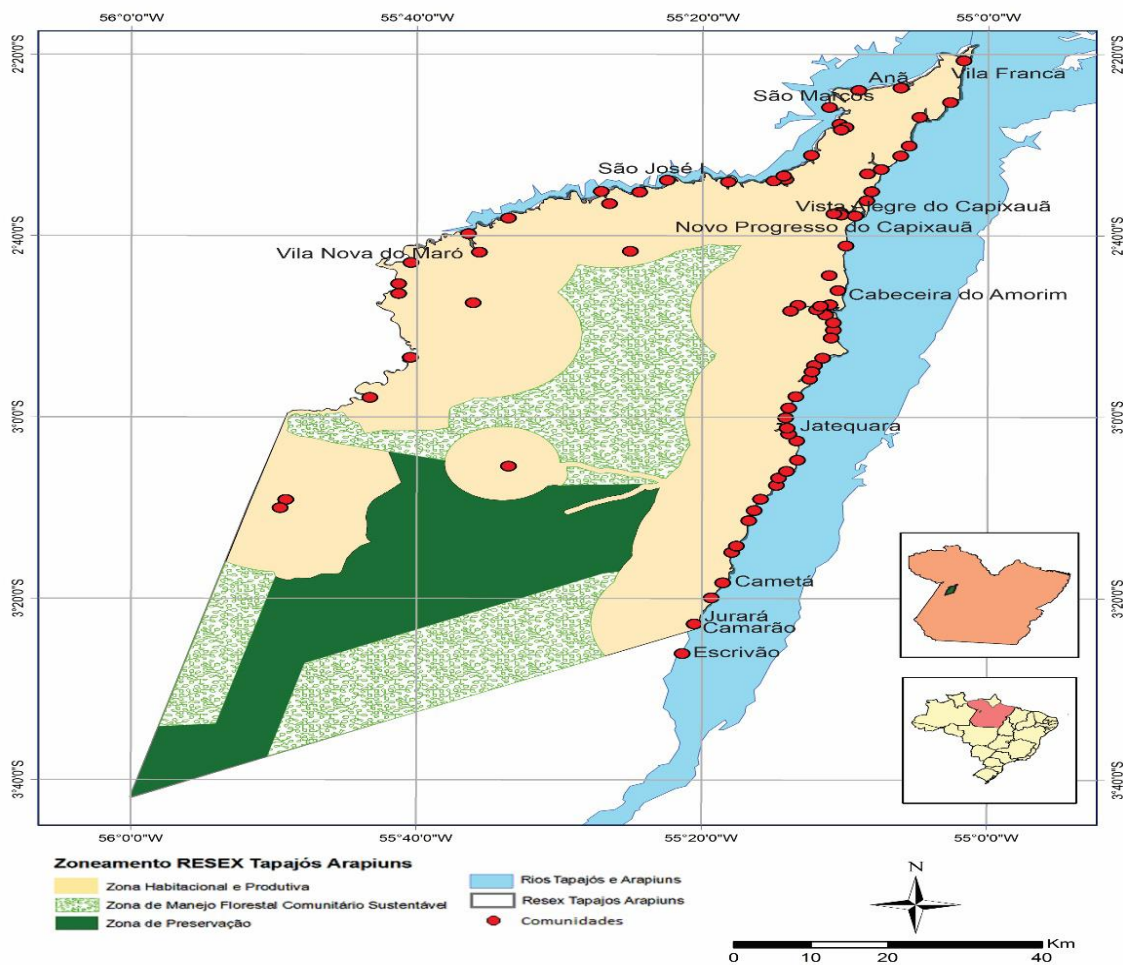
Trata-se de uma das maiores Unidades de Conservação (UC) do Brasil. É rica na sua sociobiodiversidade, tanto nos seus recursos florestais (fauna e flora), nas populações que nela habitam (indígenas com suas diversas etnias, extrativistas não reconhecido indígenas), entre outros. E a riqueza vai além do social e ambiental, mas também no cultural. É uma UC dividida em regiões: Alto, Médio e Baixo Tapajós e Alto, Médio e Baixo Arapiuns.

2.2 Caracterização da área de estudo

Para compor o universo empírico da pesquisa foram escolhidas 13 comunidades/ aldeias do território da Reserva. São elas: Escrivão, Cametá, Camarão, Jurará e Jatequara (Alto Tapajós); Cabeceira do Amorim (Médio Tapajós); Vista Alegre do Capixauã, Novo Progresso e Vila Franca (Baixo Tapajós); Anã, São Marcos e São José I (Baixo e Médio Arapiuns); e Vila Nova (Alto Arapiuns), conforme demonstrado no mapa 1. Escolheu-se tratar por “comunidade” àquelas quais seus moradores não se identificam como população tradicional indígena e por “Aldeia”,

os moradores auto afirmados indígenas, conforme são cadastradas no sistema do ICMBio e TAPAJOARA. Vale ressaltar que nessas localidades visitadas, algumas são consideradas comunidade e aldeia ao mesmo tempo, baseado na presença de moradores indígenas e não indígenas, conforme se auto identificam. Das 13 comunidades e/ou Aldeias, temos até o momento presente da escrita desse trabalho: 8 comunidades tradicionais não indígenas, 4 Aldeias e 1 comunidade/ aldeia, com a presença de indígenas e não indígenas.

Mapa 1. Localização das comunidades visitadas na Resex Tapajós- Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: ICMBio, 2014 (adaptado pela autora, 2022). Os pontos vermelhos indicam as comunidades/ aldeias existentes na RESEXTA, mas apenas as que estão identificadas pelos nomes foram as visitadas.

2.3 O contexto da ida ao campo

Uma vez que minha família reside na Aldeia de Braço Grande e que faço parte, como colaboradora voluntária, da Organização das Associações das Comunidade e Aldeias da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (TAPAJOARA), o contexto da ida ao campo se deu em meio à necessidade (da Organização) de tornar público o I Edital de Chamada Pública do Fundo Socioambiental da TAPAJOARA do ano de 2020, no período de 03 a 07 de julho de 2020. Na oportunidade, uma vez que já havia tido a motivação pela construção da pesquisa para compreender como as comunidades tradicionais estavam enfrentando a Covid-19, (e que inicialmente seria construído a

partir de dados secundários), logo houve a possibilidade da coleta *in loco*. No entanto, diante as medidas preventivas tomadas pela Organização, o público alvo, tanto para a entrega do Edital quanto para a aplicação das entrevistas, foi concedido apenas às lideranças, para evitar aglomeração e a disseminação do novo coronavírus.

2.4 Instrumento de coletas de coletas de dados

A coleta dos dados foi feita através de entrevistas abertas norteadas por um roteiro. A medida que se entregava o Edital da Organização, 30 minutos eram cedidos no final das reuniões com as lideranças, para que se conduzisse um diálogo à cerca do objeto da pesquisa. Como roteiro para entrevista foram selecionadas previamente 7 perguntas norteadoras referentes aos efeitos da pandemia no cotidiano da comunidade, focando o tema alimentação (Apêndice A).

Figura 1: Entrevistas com os participantes da pesquisa



Fonte: autora, 2020. Aldeia Escrivão (Alto Tapajós)

2.5 Seleção dos participantes

Os entrevistados selecionados foram lideranças comunitárias indígenas e não indígenas que se fizeram presentes nas reuniões da entrega do I Edital de Chamada Pública do Fundo Socioambiental da TAPAJÓARA do ano de 2020.

Tabela 1: Entrevistados por Comunidade e/ou aldeia

Comunidades e/ou Aldeias	Lideranças
--------------------------	------------

Escrivão	Presidente da Associação Indígena Buriti (AIB); 1ª Secretária da AIB; 2ª Secretária da AIB;
Camarão	Presidente da Comunidade
Cametá	Presidente da Associação de Moradores de Cametá (AMECA); Morador e sócio da AMECA
Jurará	Presidente da comunidade
Jatequara	Delegada do Sindicato; presidente da Associação da Comunidade
Cabeceira Do Amorim	Presidente da Comunidade; Secretário da Associação Indígena; Agente Comunitário de Saúde; Cacique da Aldeia
Vista Alegre Do Capixauã	Comunitário e voluntário no PSA; Pajé; Coordenador do Conselho Escolar
Novo Progresso	Presidente da Comunidade; Representante da Igreja da Paz.
Vila Franca	Líder dos seringueiros; Presidente da Associação; Presidente do <i>Encauchados</i> .
Anã	Presidente da Comunidade, 2 representantes da MUSA – “Mulheres Unidas e Sonhadoras de Anã”
São Marcos	Representante dos artesãos
São José I	Vice-presidente da Comunidade
Vila Nova	Presidente da Comunidade

No fim da pesquisa de campo, foi contabilizado o número de 27 lideranças entrevistadas. Importa ressaltar que foi solicitada autorização através da Carta de Aceite junto ao presidente da Organização TAPAJOARA, que responde juridicamente por todas as comunidades e aldeias da Unidade a nível organizacional. Com a Carta de Aceite assinada, ao chegar nas localidades, as lideranças eram convidadas (ao final das reuniões) a participar de uma breve entrevista. Para isso se fez necessário a explicação do trabalho e a importância da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido de Entrevista e Imagem (TCLE) firmando a participação na pesquisa, com finalidade exclusiva para colaborar nos estudos acadêmicos, garantindo a eles a confidencialidade dos seus nomes. Com o termo aceito e assinado de forma individual, iniciava-se a entrevista e no final, uma cópia do TCLE era cedida a cada liderança entrevistada. Ambos os documentos estão respectivamente em Apêndice B e C.

2.6 Análise dos dados

Os dados foram sistematizados por meio de tabelas no Word (Windows 2016), logo após o retorno do campo. Para essa sistematização, os dados contidos no diário de campo, gravador e registro de fotos feito por celular pessoal (sistema Android) foram tematizados conforme os objetivos do trabalho.

3 A Pandemia da Covid-19 na Amazônia

A pandemia da Covid-19 chegou na Amazônia por volta de março a abril de 2020, evidenciando problemáticas já existentes, como: desigualdades sociais, sobretudo para os povos que vivem na floresta. Nesse sentido, segundo Muniz (2020), a pandemia encontra na Amazônia um terreno fértil para sua disseminação. De acordo com Cataia (2020), a situação geográfica das regiões interioranas da Amazônia, refletem nas desigualdades socioespaciais, se tornando “centro de encruzilhada” em tempos pandêmicos. Aqui podemos exemplificar, em especial, as populações rurais mais afastadas dos centros urbanos, como por exemplo, os povos tradicionais: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos e pequenos agricultores.

Outros estudos, como o de Escobar (2020) e Mathis (2020), apontam o quanto essas populações rurais podem sofrer pela rápida interiorização da Covid-19, a partir de suas vulnerabilidades socioeconômicas, demográficas e epidemiológica. Segundo Mathis (2020), ao analisar os dados do Cadastro Único no Pará (CadUn- Pará), há diferença significativa entre a renda das famílias domiciliadas no meio urbano e no meio rural, representando R\$ 240,47 (urbano) e 138,95 (rural). Das famílias que têm domicílios em áreas rurais, destacam-se os grupos tradicionais não beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal, como os mais pobres. Dentre eles: quilombolas e indígenas, pescadores e agricultores familiares. Além disso, o estudo também aponta diferença na renda desses grupos tradicionais, conforme descreve Mathis (2020, pág. 161):

As famílias que integram o estrato classificado como grupos tradicionais no CadUn têm uma renda família (per capita) de 114,69 R\$. Esse valor representa um pouco mais do que a metade (55%) da renda média de todas as famílias registradas no CadUn-Pará. As famílias de pescadores artesanais (81,27 R\$) e as famílias extrativistas (83,59 R\$) possuem a menor média de renda familiar (per capita). As famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura (246,85 R\$), as famílias assentadas da Reforma Agrária (274,56 R\$) e as famílias acampadas (275,56 R\$) possuem rendas familiares (per capita) acima do valor médio das famílias cadastradas no CadUn-Pará. A renda familiar (per capita) das famílias quilombolas, das famílias ribeirinhas e das famílias de catadores de material reciclável está em patamares parecidas, entre 105,50 R\$ e 106,27 R\$.

Os estudos de Mathis e Escobar (2020) corroboram com os dados do relatório do Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância em Saúde Pública do PROCC/Fiocruz do ano de 2020, no primeiro semestre. Ao se avaliar a estimativa de risco de espalhamento da COVID-19 no Brasil, em função da vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões brasileiras, as regiões Norte e Nordeste estão entre as mais vulneráveis. E as regiões predominantemente rurais na Amazônia, por apresentarem baixo índice de Desenvolvimento Humano-IDH, se destacaram como as mais pobres. Diante disso, essas populações localizadas no interior da Amazônia enfrentariam ainda mais dificuldades em virtude da pandemia da COVID-19 (SILVA et al., 2020).

Esta realidade logo foi refletida nos números dos casos da COVID-19 nas cidades interioranas no estado do Amazonas e do Pará. Ainda na primeira quinzena de maio, o sistema de saúde do Amazonas começou a entrar em colapso. De acordo com o boletim epidemiológico da Fundação de Vigilância em Saúde (FVS-AM), no dia 05 de maio de 2020, o Amazonas registrou o maior número de casos e mortes pelo

novo coronavírus confirmados em um único dia desde o início da pandemia. De acordo com o boletim atualizado da FVS-AM, o município de Manacapuru, no interior do estado do Amazonas, configurou o pior cenário (com 611 casos confirmados e 116 mortes), e a cidade com maior incidência de mortalidade pelo vírus, liderando ranking nacional. Neste mesmo cenário crescente de mortalidade, o sistema funerário começou a entrar em colapso, o estoque de caixões nas funerárias já operavam no seu limite, os enterros passaram a acontecer em valas comuns e com caixões empilhados. Além disso, outras medidas extremas chegaram a ser adotadas no Estado, como: instalação de contêineres frigoríficos para comportar corpos que aguardavam o enterro.

Não obstante, nesse mesmo período no Amazonas, todos leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) estavam localizados na capital. E isso fez com que as pessoas de localidades situadas distantes das capitais, realizassem viagens longas de barco ou navio para que tivessem um atendimento médico adequado para o tratamento da Covid-19 (MUNIZ, 2020). Neste sentido, as populações rurais foram fortemente impactadas, a cima de tudo quando não conseguiam chegar a tempo na cidade de Manaus.

No mesmo mês, na segunda quinzena, o município de Breves, no estado do Pará, também passou a apresentar índices de letalidade altíssimo, além de apresentar uma das maiores taxas de mortalidade por Covid-19 no Brasil, referente aquele período. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde do Pará- SESP, no dia 25 de maio de 2020, o número de casos confirmados eram de 459 e 53 mortes. Aqui, vale ressaltar que Breves está localizada no arquipélago do Marajó, uma das regiões com pior IDH do Brasil (MUNIZ, 2020).

Enquanto isso, na região do Oeste do Pará, ainda no mês de maio, o município de Santarém passou também a entrar em cenário de colapso em relação à saúde. Com todos os leitos de UTI ocupados do Hospital Municipal e do Hospital Regional do Baixo Amazonas, e com o aumento significativo de casos confirmados (1.497), óbitos (74) e monitorados com síndrome gripal (4.060), Santarém passou a ter restrições rígidas como o primeiro *lockdown*, que vigorou de 19 a 24 de maio (HARAYAMA, 2020). É importante destacar que o município de Santarém, assim como foi foco da pesquisa do autor citado anteriormente, também é foco deste trabalho, pois passa a ser referência para o tratamento da Covid-19 da região Baixo-Amazonas em especial das comunidades e aldeias, localizadas na RESEX Tapajós Arapiuns.

Segundo Harayama (2020), apesar dos planos de contingências adotados pelo município, notou-se que a heterogeneidade da população de Santarém mostrou-se como um desafio ao se tratar das políticas de prevenção e das garantias sociais das populações tradicionais: ribeirinhos, indígenas e quilombolas do município. Prova disso, foi a forma como se deu o início da pandemia na RESEX Tapajós-Arapiuns (Território alvo do objeto da pesquisa).

Por volta de março e abril, ainda que na cidade de Santarém, algumas medidas preventivas estivessem sendo tomadas pelo poder público, com o apoio da mídia reforçando a importância da prevenção, nas regiões de rios, pode-se dizer que essas medidas preventivas e o acesso à informação chegou de forma tardia.

O medo do contágio assolava a população urbana; “férias” iam sendo dadas a trabalhadores de carteira assinada; os autônomos deixavam de prestar seus serviços

por falta de demanda, dos ajudantes de pedreiro aos vendedores ambulantes; o distanciamento social ia crescendo, conforme os decretos iam surgindo; a busca por álcool em gel crescia, o uso da máscara também (mas tudo ainda era muito novo); os trabalhadores informais (desprovidos de direitos trabalhistas), sem dinheiro para suprir as necessidades básicas de suas famílias, ficaram à mercê da solidariedade dos que eram menos vulneráveis, socialmente falando. Neste cenário de medo e sem saber o que ainda estava por vir, parentes e conhecidos, que moravam pela cidade (e que já não visitava com frequências essas localidades) passaram a se refugiar em comunidades e aldeias ribeirinhas, via embarcações.

Nesta mesma fase, meados de março a abril, na RESEX havia apenas rumores do que estava acontecendo na cidade. Por onde havia sinal de internet, acesso à televisão e rádio, as informações chegavam mais rápido. Mas nas comunidades e aldeias mais afastadas, a pandemia ainda era algo muito distante. E, ainda nas que tinham o acesso a informação de forma mais facilitada, as medidas preventivas custaram a serem adotadas. As comunidades e Aldeias, passaram a receber seus parentes, que vinham pelos barcos da cidade.

De acordo, com Chaves e Chaves (2020, pág. 291):

O Fluxo centro urbano-aldeia continuou na intensidade de “normalidade”, as embarcações que transportam as pessoas as mercadorias de Santarém (sede do Município) para as aldeias mantiveram as viagens, a quantidade de pessoas indo e vindo foi ainda aumentado com o Auxílio Emergencial do Trabalhador que iniciou no mês de maio de 2020. Pessoas que não iam a cidade a meses ou até mesmo há anos foram retirar a primeira parcela do benefício. Além disso, as pessoas continuaram indo à cidade para sacar benefícios sociais, tais como: bolsa família e aposentadoria. Houve o caso de um Idoso (80 anos) que veio a falecer em decorrência da pandemia, por ter sido “obrigado” a ir à cidade, pois os caixas eletrônicos da agência bancária em que recebia seu benefício são todos de acesso digital. Não temos dúvidas que o vírus chegou até o nosso território via as embarcações.

De acordo com Castro et al, (2020, pag. 134):

As limitações já existentes para os deslocamentos de pessoas ribeirinhas aos grandes centros urbanos e vice-versa, acrescidas da necessidade de distanciamento social durante a pandemia da COVID-19, impactaram no abastecimento de insumos às comunidades, como medicamentos e alimentos, uma vez que o transporte regular de cargas e passageiros por via fluvial ficaram restrito a excepcionalidades, como emergências/urgências médicas e serviços essenciais.

Em uma realidade de pânico, luta por atendimentos médicos e incertezas do que estava por vir nos meses posteriores, os povos tradicionais passaram a contar seus mortos, começando pelos mais idosos (fontes de grande conhecimento ancestral). Segundo o presidente do Conselho Indígena Tupinambá (CITUPI), 8 parentes indígenas do seu povo faleceram com sintomas de Covid-19 (logo quando a Pandemia se instalou na RESEX TA), mas não chegaram a fazer os testes. E os casos não entraram para a contabilidade do Distrito Sanitário de Saúde Indígena (DSEI) - Guamá Tocantins, órgão subordinado da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde. Assim, entende-se que logo no início da pandemia, pelo Estado ter chegado de forma tardia, muitos casos (dentro das populações tradicionais) entraram para subnotificação.

Diante das condições de realidade que o novo coronavírus encontra ao se instalar em municípios do interior da Amazônia, particularmente em localidades rurais, logo

se evidencia os efeitos em diversas esferas da vida no meio rural, começando pelo acesso à saúde em tempo hábil ao alimento na mesa das famílias que ali se encontram. Nesse sentido a seção a seguir irá apresentar o cenário da pandemia da Covid-19, dando enfoque às populações rurais participantes da pesquisa frente à pandemia.

4. Cenário da Pandemia Covid-19 na RESEX Tapajós-Arapiuns

Das 13 (treze) comunidades/ aldeias participantes da pesquisa, 5 (cinco) estão localizadas na região do Alto Tapajós, 1 (uma) no Médio Tapajós, 3 (três) no Baixo Tapajós, 3 (três), no Baixo e Médio Arapiuns e 1 (uma) no Alto Arapiuns. Dessas, temos: 8 comunidades tradicionais não indígenas, 4 Aldeias e 1 comunidade/ aldeia, com a presença de indígenas e não indígenas.

Em uma visão mais macro, pode-se até dizer que não há diferenças nessas regiões por se tratar de uma única Reserva. O fato é que elas logo são evidenciadas, a partir de alguns fatores, dentre eles, a questão geográfica. As comunidades do Alto Arapiuns, por exemplo, têm seu destaque por estarem localizadas mais distantes das sedes dos municípios (Santarém e Aveiro), comparadas as do Baixo e Médio Arapiuns, e as do Baixo, Médio e Alto Tapajós, conforme mostra o Mapa 1. Essa realidade reflete em alguns aspectos, como por exemplo: o atendimento à saúde, o acesso aos alimentos vindos da cidade, o tempo gasto (via embarcações), o custo elevado das passagens para chegar nos centros urbanos, e consequentemente, a outras políticas públicas que deixam de ser acessadas, por estarem mais distantes dos centros urbanos.

Nessas diferentes regiões visitadas, também temos diferentes populações tradicionais, descritas nesse trabalho de forma ampla, como indígenas e não indígenas. E nesse cenário de diversidades, ao visitar as comunidades/aldeias da região para entender de que forma a pandemia estava impactando, se observou a partir das entrevistas que a atuação da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), voltada para as aldeias, se antecipou comparado à atuação da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), voltada para as comunidades com moradores não indígenas. Isso se explica a partir dos primeiros testes disponibilizados terem vindos inicialmente para as aldeias, em meados de abril a maio. E somente, em meados de maio a junho, terem chegado às comunidades não indígenas.

No entanto, os estudos de Chaves e Chaves (2020) relembram entre os meses de março até meados de maio de 2020, tanto as lideranças comunitárias, quanto os Órgãos competentes não atuaram de forma preventiva para conter a chegada da doença e minimizar seus impactos na UC. Isso mudou quando os primeiros casos passaram a surgir. Segundo relatos das lideranças, as famílias já estavam adoecendo entre os meses de março e abril com sintomas leves gripais; outras famílias chegavam a apresentar sintomas mais fortes em virtude dessa “grande virose” ou “gripão” (conforme a Covid-19 era definida pelos moradores no início), mas o tratamento era feito como se fosse para as viroses comuns.

E foi nesse cenário (entre abril e maio) que a SESAI passou a realizar os primeiros testes rápidos nas aldeias. No entanto, segundo as lideranças indígenas, o número de testes era insuficiente (variando entre 10 a 20, dependendo da aldeia).

Evidentemente que era um número muito a baixo do necessário entre eles, mas de outro lado, nenhum era disponibilizado até aquele presente momento para as comunidades tradicionais não indígenas. Posteriormente, entre os meses de maio e junho, a SEMSA passou a atuar nas comunidades não indígenas, levando testes rápidos para essas populações.

Segundo o Técnico de Enfermagem da Comunidade de Anã (uma das comunidades visitadas no Baixo Arapiuns):

[...] Dos 15 teste que chegaram na Comunidade, 7 deram positivos. Os demais não fizeram por não haver teste suficiente. Estamos muito insatisfeitos com a gestão municipal da SEMSA de STM. “Toda a atenção foi para a zona urbana, tratando com descaso a zona rural. Houve dois casos gravíssimos, mas não chegaram a ser removidos da Comunidade. Com a ausência de remédios no posto de saúde, os remédios caseiros foram a única alternativa, e graças a Deus tiveram efeito positivo. Tanto a TAPAJOARA como “Saúde e Alegria” [Organização não governamental Projeto Saúde e Alegria] foram essenciais na Comunidade”.

Outra liderança da Comunidade de Vila Nova (localizada no Alto Arapiuns, a mais distante geograficamente dentre as que participaram da pesquisa em relação ao município de Santarém) relata o cenário que se encontra na comunidade quanto à saúde:

Já faz muito tempo que estamos esquecidos em relação à saúde. Quando chega alguma vacina dessas comuns, são tão poucas que não dá para todos. Quando sobra alguma da aldeia vizinha o ACS [Agente Comunitário de Saúde] chama alguns da comunidade, mas é pouco. Daqui pra Santarém é muito longe e o posto de saúde fica em outra comunidade e também é muito longe, então a gente vai ficando por aqui e se tratando com o que tem. Um dia desses a gente viu o aviãozinho [helicóptero da SESAI disponibilizado para pegar os indígenas em estados graves de saúde nas aldeias distantes] vir pegar um pessoal que *tava* passando mal na aldeia do lado, mas a gente não tem direito pela comunidade não ser aldeia.

Com o sistema de saúde no município de Santarém entrando em colapso, ainda no mês de maio, com as notícias chegando via rádio, TVs e por internet (onde se tem área ou acesso à internet rural), o pânico foi crescente. E neste cenário, as famílias que tinham suas colônias passaram a se refugiar nelas para evitar contato com pessoas contaminada pelo vírus. Com as medidas restritivas adotadas e recomendadas, as escolas “fecharam as portas” e outros encontros coletivos, como: missas, cultos, rituais indígenas, reunião de associação, jogos de futebol, festas também deixaram de acontecer. Segundo relato das lideranças, algumas pessoas mais idosas foram se deprimindo com o passar dos dias, em especial as que não tinham mais o hábito do cultivo ou porque já estavam acometidos pela idade avançada, deixando de ter suas colônias, tendo na aposentadoria um meio de subsistência. Sem poder sair de suas casas, como de costume para visitar os vizinhos, sem encontros religiosos, foram aos poucos apresentando sinais como: silêncio e tristeza.

Se de um lado havia o pânico para não contrair o vírus, de outro havia a necessidade da sobrevivência a partir de itens básicos que compõe a alimentação desses povos, vindo das cidades. Em geral, a compra desses produtos se dá a partir da venda dos benefícios sociais do Governo Federal (aposentadoria, seguro defeso, auxílios doença, antigo Bolsa família e o auxílio emergencial criado no contexto da pandemia), que por sua vez são acessados via bancos. Dessa forma, a exposição nos

centros urbanos se tornava como inevitável (SILVA et al., 2020). De acordo com as lideranças entrevistadas, os aposentados deixaram de ir à cidade nesse tempo, e os filhos ou conhecidos recebiam seus benefícios e mandavam as compras pelas embarcações. Outros, encomendavam diretamente aos barqueiros. No entanto, havia algumas necessidades que “obrigava” os moradores dessas comunidades e aldeias a resolverem situações pessoais (principalmente bancárias) nos centros urbanos. Dessa forma, por mais isoladas e distantes dos centros urbanos, que essas populações estivessem, o contato com o vírus era quase inevitável, seja de forma direta, contraído pelas populações urbanas, seja de forma indireta, pelas embarcações a qual vinham os alimentos oriundos de outras localidades/cidades que abasteciam as comunidades.

5. Efeitos da Pandemia da Covid-19 na alimentação e em sistemas produtivos de comunidades da RESEX TA

Ao considerar que as populações tradicionais têm seu modo de vida baseado na relação com a floresta, conhecimento aprofundado sobre o manejo dos recursos naturais, ainda que seja de forma empírica, dentre outras características (DIEGUES et al., 2000), podemos dizer que essas mesmas populações têm no seu saber tradicional uma relação particular com a natureza. E isso se explica por ela possibilitar meio de existência material e identitária, seja através do extrativismo ou de outras atividades produtivas, usando dos seus recursos naturais (MURRIETA, 2001). Nesse sentido, também podemos entender que a alimentação dessas populações está ligada ao ambiente aonde estão situadas.

Estudos envolvendo a alimentação das populações tradicionais na Amazônia, como o de Murrieta (1998; 2001), Chaves (2016), Freitas (2021), apontam que o consumo alimentar desses povos se baseia no cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), nos frutos silvestres, nas Plantas Alimentares Não Convencionais (PANCs), em espécies variadas de peixes, somados ao consumo da carne das caças e outros itens alimentares secundários. Quanto ao uso de produtos derivados da mandioca, temos a farinha, desempenhando um elemento central na refeição dos povos amazônidas.

No entanto, ao considerar que os hábitos alimentares das populações tradicionais da Amazônia vêm passando por processos de mudanças como reflexo da produção em grande escala de produtos da Agricultura Moderna (CHAVES, 2016), os dados do presente trabalho evidenciam ainda mais essas mudanças a partir do aumento do consumo dos produtos industrializados dentro das 13 comunidades/aldeias entrevistadas. De acordo com o relato das lideranças, o consumo e a “opção” por esses alimentos industrializados precede a pandemia e os comprados tanto na cidade quanto na própria comunidade.

Segundo os entrevistados, apesar de famílias receberem os benefícios sociais do Governo Federal, os alimentos comprados na cidade por meio desses recursos não suprem suas necessidades alimentares mensais, tendo elas que recorrer às *tabernas* locais para a compra de enlatados – produtos alimentícios ultra processados - de origem animal, como salsicha e carne em conserva; e outros, como: arroz, feijão, açúcar e café. Esse contexto corrobora com o apontado no trabalho de Silva et al.

(2020) que, a partir do estudo sobre dieta de mulheres ribeirinhas da várzea amazônica, analisam que a alimentação dos ribeirinhos é composta por alimentos oriundos das atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias (pesca, criação animal e cultivo) e alimentos ultraprocessados obtidos por meio da compra. Essa característica contemporânea do rural amazônico ilustra a mudança no consumo de alimentos apontada por Louzada et al. (2015), ao tratarem do processo de substituição dos alimentos *in natura* ou minimamente processados por alimentos ultraprocessados que vem ocorrendo ao longo dos anos.

Quanto ao consumo da carne do gado e do frango observou-se pelas falas que é menos recorrente, porque a maioria das famílias não tem onde conservar esses alimentos. Logo, eles precisam ser consumidos nos primeiros dias ao chegar da cidade. Outro fator levantado pelas lideranças que explica o baixo consumo, em especial dessas duas proteínas, são os preços elevados. Dessa forma, acabam optando pelos enlatados, que comparados às “carnes frescas” ou outros alimentos *in natura*, são mais baratos e conservam por mais tempo. Silva Filho e Gomes Junior (2020) apontam que a forma como as pessoas tem acessado os alimentos se dá por três fatores: oferta de produtos, renda e preços. E isso logo explica a opção das populações tradicionais da região da Resex TA, por esses alimentos *enlatados*, sendo tendência ao longo de alguns anos e aumentando o consumo durante a crise sanitária da Covid-19.

Quanto ao consumo da carne da caça, apesar de ter sido uma prática alimentar utilizada por muito tempo, hoje não é tão comum. E isso logo se explica por não serem mais encontradas na mata com tanta facilidade, como eram em outros tempos. De acordo com Sousa (2004, pág.54), ao comparar o consumo da carne desses animais no tempo passado e nos tempos atuais, os resultados apontam “que as estratégias de exploração e de distribuição dos produtos da caça eram facilmente socializadas, sendo bem diferente do que se pratica hoje nas comunidades”. Esse estudo corrobora com os dados fornecidos pelas lideranças, ao dizerem que apesar de ser uma prática de consumo que por muito tempo fez parte do hábito alimentar deles, hoje já não é mais consumido como antes nas comunidades, principalmente nas mais habitadas. De acordo com uma liderança idosa: “Antes, íamos para o mato e era certo que a gente vinha com alguma coisa. Hoje, a gente arrisca. Quando a gente consegue é uma alegria” (Liderança comunitária, 2020). Essa idosa considera que em décadas passadas viveu “tempos de abundância em sua comunidade”, conforme ela mesmo descreve, e que tem percebido a mudança com o passar dos anos.

Em relação ao peixe, este alimento extrativista ainda é mais consumido comparado às caças. Segundo o estudo de Braga e Silva (2016) realizado em uma comunidade ribeirinha no Baixo Tapajós, a pesca se mostra como uma importante atividade praticada pelos comunitários o ano todo, servindo tanto para a alimentação, quanto para a venda local. No entanto, mesmo a pesca sendo essencial, a agricultura se sobressai como a principal atividade de autoconsumo.

Quanto ao consumo de produtos agrícolas, em geral, as famílias consomem em maior quantidade a farinha, derivada do cultivo da mandioca, sendo esta a atividade produtiva de subsistência em destaque entre as populações tanto indígenas, quanto não indígenas. Quanto a outros produtos cultivados por eles, além da mandioca, temos o cultivo da macaxeira, da banana, do açaí, entre outros. No entanto, ainda que ela seja a cultura mais cultivada, a prática do roçado de mandioca

tem diminuído em algumas comunidades visitadas. A partir do relato das lideranças, não é mais todo mundo que tem roça nas comunidades. Isso se observou nas maiores e a mais habitadas, onde os moradores acabam escolhendo outras atividades para somar às suas rendas, como aberturas de comércios locais. Dentre outros motivos relatados pelas lideranças se dá ao fato da população está envelhecendo e tem na aposentadoria um meio de suprir as condições materiais de existência. As famílias que ainda produzem, utilizam para o autoconsumo e venda local. Quando fazem quantidades maiores de farinha, vendem para os donos de embarcações que fazem linha nas suas comunidades sendo revendidos na cidade.

Ao levantar o questionamento se a pandemia impactou a situação alimentar das famílias em suas comunidades/ aldeias, a maioria dos entrevistados relatou que quando ela surgiu na região, o cenário (que já não era um dos melhores) se agravou, principalmente entre final de março a maio de 2020. Dentre os pontos levantados, citaram:

a) Aumento dos preços dos alimentos (principalmente a carne e o frango, que já não eram tão baratos);

b) Desabastecimentos de carne em 2 açougues na comunidade de Cametá (uma das maiores a nível populacional da RESEX TA e a única que contém esse tipo de comércio das entrevistadas).

c) Falta de alguns produtos básicos nas tabernas locais (inclusive os enlatados), em especial, nas comunidades e aldeias menores onde havia apenas um comércio.

d) Diminuição do número de moradores indo à cidade (seja por medo do contágio, seja pelas medidas restritivas adotadas para conter a disseminação do vírus). Se antes os aposentados iam uma vez ao mês realizar suas compras, eles deixaram de ir no primeiro semestre de 2020. Com isso as compras eram feitas por terceiros (mas em quantidade menor do que antes) ou nas próprias *tabernas* locais, que raramente supriam todas suas demandas.

De acordo com uma liderança da Comunidade de São José I (Arapiuns), esse cenário foi um dos mais críticos, principalmente por serem acometidos por sintomas graves da Covid-19:

[...] nunca imaginei passar pelo que passei [entre os meses de abril e maio de 2020]. Eu e meu marido tivemos os sintomas da Covid-19, sempre trabalhamos na roça, ele sempre caçou e pescou, mas não tinha mais força para ir atrás do alimento quando essa “gripe forte” chegou. Eu de um lado, e ele de outro. Com certeza era a tal da Covid-19! Aqui não tem telefone, não pude avisar meu filho na cidade, ninguém mais visitava a casa de ninguém por medo desse vírus. Com filhos pequenos, só sobrevivi, graças ao meu galinheiro. Minhas galinhas me salvaram nesse tempo. (Liderança, 2020).

Por outro lado, das 13 localidades estudadas, em duas suas lideranças consideram que não se sentiram impactadas na questão alimentar, dentre elas, as comunidades de Anã (Baixo Arapiuns) e Jatequara (Médio Tapajós). Em Anã, por haver o costume de matar o gado nos fins de semana para o consumo e comercialização local, esse fornecimento permaneceu por um dos comunitários. Com a pandemia, essa carne continuou sendo fornecida sem elevar os preços. A comunidade de Anã se destaca por diferentes projetos comunitários que focam as cadeias produtivas da meliponicultura e da piscicultura. Quanto à produção e

comercialização do mel (apesar de ser um dos componentes dos remédios caseiros para o tratamento dos sintomas da Covid-19, conforme relata a maioria das comunidades/ aldeias entrevistadas), não houve comercialização por não haver oferta. No período em que as pessoas mais procuram pelo produto, o mesmo estava na entressafra e os produtores não conseguiam fornecer. Quanto aos produtos da piscicultura, estes eram vendidos de forma local, abastecendo a comunidade.

Quanto à comunidade de Jatequara, por mais que dependesse de alguns produtos vindos da cidade, a maioria das famílias tinha frutas, hortaliças e criação de animais como porcos e galinhas caipiras dentro da própria comunidade. Quem não tinha, comprava de quem produzia.

Entretanto, para além da alimentação, os resultados apontam que a pandemia afetou a dinâmica socioeconômica em comunidades cujos sistemas produtivos agrícolas e extrativistas são fortalecidos pelo Turismo de Base Comunitária (TBC) e pela produção de Artesanato, em especial no extrativismo não madeireiro (apesar da pesquisa não ter abrangido outras comunidades). Na cadeia produtiva do látex, na comunidade de Vila Franca, a loja do grupo Encauchados - Grupo de homens e mulheres que extraem o látex da seringa e confeccionam os emborrachados: biojóias, sandálias, suplé - teve de ser fechada por não haver demanda (turista), logo, os produtos foram estocados.

Na Comunidade de Anã, o foco é para o TBC (através da cooperativa Turiarte). Com as medidas restritivas adotadas pelos órgãos governamentais competentes, a atividade de turismo na região, também teve de ser paralisada. Com o fechamento dessa atividade, a cadeia do artesanato sofreu impacto direto na venda dos produtos confeccionados pelos moradores da região. A realidade da Comunidade de Anã foi a mesma da de São Marcos (as duas têm a atividade do turismo como um forte aliado para compor a renda das famílias locais).

Apesar das três comunidades citadas acima terem nessas atividades produtivas importante fonte de renda, nas outras em que essas atividades não foram citadas, o que prevalece é a produção agrícola familiar para subsistência, com o cultivo da mandioca em destaque. De acordo com os entrevistados, a pandemia não gerou efeitos negativos quanto ao contexto vivenciado pela pandemia no primeiro semestre de 2020, em especial em função do consumo e da produção de mandioca e de farinha ser realizada de forma familiar. O que se observou foi a necessidade do cultivo de outros produtos agrícolas para compor e fortalecer a dieta alimentar das famílias.

Quanto à frequência que as famílias iam à roça não houve relato de mudanças, principalmente quanto à produtividade e ao consumo. No entanto, em algumas comunidades e aldeias, as lideranças avaliam que com o fechamento das escolas, a partir da pandemia, as crianças voltaram a participar de atividades produtivas, principalmente voltadas para o trabalho na roça devido ao fato de não haver outra atividade educativa que demandasse a participação delas.

Outra mudança cotidiana citada nas entrevistas foi a permanência das famílias que tinham colônias por mais tempo nesses espaços, comparado a outros períodos. As colônias são espaços produtivos mais afastados da área central das comunidades/aldeias. Geralmente ficam localizadas à margem de lagos ou rio. Nessas áreas as famílias cultivam diversas espécies por meio do sistema roça. Com a reorganização da rotina diária dos membros das famílias devido à redução do

deslocamento para realização de atividades fora da comunidade/aldeia e/ou para frequentar a escola, famílias optaram por investir o tempo disponível em atividades agrícolas.

No geral, apesar de se observar a dependência excessiva de produtos vindos da cidade de Santarém ou Aveiro (para compor a base alimentar), assim como os preços elevados e a falta de produtos alimentícios da dieta atual das famílias nas tabernas locais, observou-se também que a atividade da pesca foi importante atividade para redução da insegurança alimentar e nutricional das comunidades e aldeias. Quanto à caça, apesar de menos recorrente, também contribuiu para isso, assim como a criação de animais de pequeno porte, como as galinhas.

Das 13 comunidades/ Aldeias participantes deste estudo, a maioria dos moradores, entre os meses de abril a junho, apresentou sintomas da Covid-19, uns com estados mais graves e outros de forma mais moderada, mas não chegaram a realizar os testes rápidos e nem recorrer aos hospitais da cidade. Dos poucos moradores que chegaram a realizar os testes, testavam positivo para a Covid-19, mas permaneciam em suas comunidades ou aldeias. Foi aí que a relação homem- floresta e todo seu saber tradicional fez toda diferença. Das populações estudadas, o relato das lideranças era de que os moradores que chegavam a apresentar os sintomas da Covid-19, eram tratados com remédios caseiros, usando das plantas medicinais, dentre eles: chás de alho, limão, mel de abelha, cumaru (*Dipteryx odorata*), jambú (*Acmella oleracea*), gengibre (*Zingiber officinale*) ou mangarataia (popularmente conhecida na região). Segundo a Cacique da Aldeia Cabeceira do Amorim (Médio Tapajós): “Para nós é Deus no céu e o remédio caseiro na terra! Muitas vezes íamos no rio mergulhar e pedir para Deus que àquela grande febre passasse. ” Corroborando com os estudos de Chaves e Chaves (2020), essas plantas medicinais, principalmente as utilizadas na infusão (chás caseiros) também foram as utilizadas para o tratamento dos sintomas da Covid-19 na aldeia de São Pedro e em outras aldeias do território Tupinambá do Baixo Tapajós (que não foram alvos dessa pesquisa, mas que estão inseridas na Reserva Tapajós Arapiuns).

Figura 2. Álcool em gel e remédio caseiro encontrados no dia a dia na casa das famílias.



Fonte: autora, 2020. Comunidade de Vila Nova (Alto Arapiuns)

No geral, apesar da pandemia não ter impactado os sistemas produtivos, como: a pesca, o roçado e a produção da farinha, se observou que o consumo por outros alimentos que já faziam parte do hábito alimentar dessas famílias foi afetado. Com a paralisação das atividades rotineiras nas comunidades, tendo suas rendas diminuídas, além da permanência das pessoas por mais tempos em suas casas, fez com que aumentasse a demanda por produtos básicos, como: arroz, açúcar, café, feijão e outros. Com o preço dos produtos em alta, muitas famílias não tinham mais como suprir essas necessidades alimentares. Outro fator foi a diminuição da ida dos moradores à cidade, além da falta desses produtos em determinados períodos do mês nas *tabernas* locais. Nesse cenário se tornou um imperativo o suporte de fornecimento de alimentos, a partir de doações de cestas básicas. No tópico a seguir trataremos sobre essa temática, como uma forma de remediar a questão da insegurança alimentar na Resex TA.

6. Remediação da Insegurança Alimentar por meio da doação de Cestas Básicas

Apesar da produção para o autoconsumo fazer parte do modo de vida das populações tradicionais, a situação da pandemia aumentou a insegurança alimentar e nutricional, ao ponto das lideranças comunitárias (indígenas e não indígenas) passarem a demandar de seus parceiros o fornecimento de alimentos. Nesse sentido, algumas redes de apoio foram fundamentais para suprir essa demanda, dentre elas: o Projeto Amazône-se, o Projeto Saúde Alegria, Projeto Eco Forte, Grupo Ideal, entre outros parceiros que contribuíram a partir de “vaquinhas virtuais” mobilizadas por meio das Organizações TAPAJÓARA e CITA.

A questão da insegurança alimentar e do combate à fome se tornou grandes desafios em tempos de pandemia, acima de tudo nas populações mais vulneráveis, sócio e economicamente (MATHIS, 2020). Medidas como distribuição de cestas básicas com produtos processados ganhou destaque entre os meses de maio a junho de 2020 na Resex TA, contribuindo de forma paliativa para combater a fome em comunidades e aldeias no início da pandemia. A demanda por doação de alimentos nos primeiros meses de mudanças socioeconômicas derivadas da disseminação do novo coronavírus em áreas rurais de Santarém evidenciou a condição de vulnerabilidade alimentar dos moradores da RESEX TA. Estudo como os de Schappo (2020, p. 3) apontam que “a fome e a insegurança alimentar ampliadas com a expansão da covid-19 no Brasil expressam um cenário que já vinha apresentando sinais de agravamento nos últimos anos.”

Como consequência desse sistema alimentar moderno (onde os alimentos estão sendo elaborados com um número cada vez menor de espécies e variedades de plantas), que vem tomando espaço a cada dia, temos: a insegurança alimentar e nutricional, crescente consumo dos alimentos industrializados nas comunidades tradicionais da Amazônia, exclusão social e efeitos negativos na saúde humana (BRASIL, 2014). Além disso, podemos citar como resultado desse processo, a desvalorização dos produtos locais e consequências negativas ao tratar da conservação da biodiversidade (CHAVES, 2016).

Dessa forma, ao trazermos essa realidade para os tempos de pandemia no Brasil, é possível percebermos a “fragilidade socioecológica dos atuais sistemas

alimentares globalizados e urgência de uma transição para sistemas alimentares localizados mais socialmente justos, ecologicamente resilientes e localizados” (ALTIERI; NICHOLLS, 2020, p. 526). Apesar da alimentação ter sido incluída entre os direitos sociais no artigo 6º da Emenda Constituição N° 64, de 2010, se evidenciou com a Pandemia da Covid-19, que este Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está distante da realidade (RIBEIRO-SILVA, et al., 2021).

Diante do cenário vivido pelas comunidades e aldeias da Resex Tapajós-Arapiuns em função da pandemia da Covid-19, concluo esta seção com alguns trechos das entrevistas realizadas com lideranças indígenas e não indígenas para a construção deste trabalho e que ilustram que a diversidade de contextos dentro da UC é um aspecto relevante para se compreender e discutir dinâmicas do modo de vida de populações tradicionais:

[...] a pandemia veio nos despertar que precisamos produzir mais. Se tivéssemos na Aldeia esses produtos a partir do nosso cultivo, não precisaríamos comprar da cidade (Liderança indígena, Vista Alegre do Capixauã- Baixo Tapajós)

[...] tínhamos a produção, mas não tinha para quem vender. Se não há turista, não há dinheiro. O que poderia ser vendido em grande escala seria o mel, por ser um dos produtos mais utilizados para o tratamento da COVID-19, mas a pandemia chegou em tempo da entre safra e não conseguimos abastecer (Liderança não indígena, Anã, Baixo Arapiuns).

[...] não teve jeito, aqui ninguém se isolou. Agente já é pouco, tudo é muito longe, se a gente não desse a mão um para o outro quem ia dar pra gente? [...] Apesar da pandemia, vivemos tempos de fartura, comparado a outros tempos, antes mesmo dela iniciar. Nunca fomos tão lembrados em relação aos alimentos. As cestas têm ajudado bastante. E o auxílio também. Pena que logo vai acabar e vamos voltar a *penar* (Liderança não indígena, Vila Nova, Alto Arapiuns).

Assim, ao tratar das populações tradicionais da Resex TA, o estudo mostrou que apesar da doação das cestas básicas ter se tornado um meio de combate à fome emergencial no primeiro semestre de 2020, se percebe a necessidade, em acordo com Schappo (2020), de tomar medidas que não se limitem à distribuição desses alimentos, mas medidas que também venham a fomentar a produção, a geração de receita monetária e o acesso a alimentos saudáveis de forma mais justas.

7. Considerações Finais

A pesquisa mostrou que discutir a questão da saúde, considerando as diferenças geográficas entre as regiões entrevistadas, com enfoque para os hábitos alimentares e os sistemas produtivos dessas populações, mostra a fragilidade das políticas públicas voltadas essas populações rurais, em especial às tradicionais mais afastadas dos centros urbanos, em especial às não indígenas por não terem um olhar diferenciado quanto à questão da saúde e na maioria das vezes receberem o mesmo tratamento das localizadas nos centros urbanos (tornando à luta desigual e até desumano). Neste ponto é urgente fortalecer os direitos das populações não indígenas, que apesar de estarem inclusas dentro da Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a realidade dos direitos garantidos a partir dela, está longe do que é vivenciado.

Quanto aos tratamentos das pessoas que foram, possivelmente, infectadas pela Covid-19 (um registro que não se tem por não haver testes suficientes no primeiro semestre de 2020), observou o quanto a integração com a floresta foi essencial, principalmente quanto ao uso de plantas medicinais para tratar os sintomas da Covid-19. Dessa forma se percebe a relevância da preservação e conservação da biodiversidade, assim como fortalecimento das pesquisas científicas voltadas para etnobotânica.

Assim, diante da compreensão que os sistemas produtivos no âmbito da RESEX TA têm forte relação com o autoconsumo, tornam-se urgentes medidas que visem fortalecer a segurança alimentar de populações tradicionais e principalmente fomentar a produção de alimentos saudáveis. Nesse sentido, os resultados apontam que o fortalecimento da agricultura familiar, com a prática do cultivo de plantas agrícolas, além de outras plantas alimentícias não convencionais – PANCS – podem servir para enriquecer a dieta alimentar, além de servir de renda local, através da comercialização de seus produtos. Um outro sistema produtivo é quanto à criação de animais de pequeno porte como galinhas caipiras, que também podem ser um meio para suprir necessidades alimentares, além da proteína do peixe.

Frente a situação de pandemia que ainda estamos enfrentando, um destaque especial, se encontra no primeiro semestre de 2020 por se estar vivendo um contexto de pânico, mudanças abruptas que tiveram de ser adotadas, e a própria incerteza do que ainda estava por vir. Evidentemente que muitos outros pesquisadores se debruçaram (e continuam se debruçando no período presente) sobre a temática da Covid-19 no rural. Alguns resultados mais imediatos já foram possíveis de serem identificados, outros continuam sobre estudo, principalmente pela pandemia ainda não ter chegado ao fim, apesar da maioria da população já se encontrar vacinada.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. **Agriculture and human values**, v. 37, n. 3, p. 525-526, 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-020-10043-7#citeas>>. Acesso em 22 jan. 2022

ARL, V. (Org.). Uma identidade que se constrói em rede. Caderno de Formação, n. 1. Curitiba: **Rede Ecovida de Agroecologia**, 2007. 46p.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, p. 79-92, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 de jan. 2022

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 julh. 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em 07 jan. 2022

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns- Resumo Executivo**. MMA/ICMBIO, 2016. 50 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica (BRASIL). **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p. Disponível em: < https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira_2014.pdf/view>. Acesso em 31 fev. 2022

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de fev. 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 28 jan. 2022

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: < https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf>. Acesso em 29 jan. 2022

CAVALCANTE, J.R. et al. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/jress/a/zNVktw4hcW4kpQPM5RrsqXz/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 2 jan. 2022

CHAVES, M.S. **Plantas alimentícias não convencionais em comunidades ribeirinhas na Amazônia**, 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Agroecologia- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

CHAVES, R. S.; CHAVES, M. S. Pandemia do Covid-19: invisibilidade e vulnerabilidade dos povos indígenas, o caso da aldeia São Pedro, Tupinambá, Baixo Tapajós, Amazônia, Brasil. **Vukápanavo: Revista Terena**, v. 3, p. 287–296, nov. 2020.

CLAUDINO, L.S.D. Impactos dos primeiros meses de pandemia de COVID-19 para a agricultura familiar paraense e como a agroecologia pode apoiar a superação. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, p. 40-54, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/832/47>>. Acesso em 31 dez. 2021.

SILVA, J.T; BRAGA, T.M.P. Caracterização da pesca na comunidade de surucua (resex tapajós arapiuns). **Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 55-62, set. 2016. ISSN 2179-5746. Disponível em: <<https://200.139.21.41/index.php/biota/article/view/2283>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

DA SILVA, J.R. et al. Impactos da COVID-19 nas cadeias produtivas e no cotidiano de comunidades tradicionais na Amazônia Central. **Mundo Amazônico**, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/88436/76742>>. Acesso em 02 jan. 2022.

Castro FF, Souza CRS, Diniz CX, Parmejiani EP, Santos FS, Nascimento JN, et al. Idosos ribeirinhos da Amazônia Brasileira no enfrentamento da covid-19. In: Santana RF (Org.). **Enfermagem gerontologica no cuidado do idoso em tempos da COVID 19**. 2.ed.rev. Brasília, DF: Editora ABEn; 2020. p. 131-138.

DIEGUES, A.C et al. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p. Disponível em: <livroaberto.ibict.br/handle/1/750>. Acesso em 28 jan. 2022

ESCOBAR, A.L. A interiorização da pandemia: potenciais impactos em populações em situação de vulnerabilidade na Amazônia. **NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 137-143, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36614/21018>>. Acesso em 02 de jan.2022

FREITAS, E. P. F. de. **Sociobiodiversidade, alimentação e transmissão intergeracional de conhecimento ecológico tradicional na comunidade Surucua, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará**. 2019. 115 f. Dissertação (Recursos Naturais da Amazônia) - Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Amazônia, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

FIOCRUZ. 2º Relatório PROCC/ Emap sobre estimativa de risco de espalhamento da COVID-19 no Brasil e avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões brasileiras. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/2relatorio-procc-emap-covid-19-20200323-vulnerabilidade.pdf>. Acesso em 19 jan. 2022

FVS. Fundação de vigilância em saúde do Amazonas. **Situação Epidemiológica da Síndrome Respiratória Aguda Grave no Estado do Amazonas**. Disponível em: <https://www.fvs.am.gov.br/publicacoes?csrfmiddlewaretoken=&pesquisar_por=boletim>. Acesso em 19 de jan. 2022

LOUZADA, M. et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, 2015.

MATHIS, A. Cadastro Único, espelho da pobreza e vulnerabilidade social no Pará, e as possibilidades de seu uso como instrumento de gestão no combate da pandemia de Covid-19 (Paper 467). **Papers do NAEA**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8745>> Acesso em 05 de jan. 2022

MUNIZ, É.S. A interiorização da covid-19 na Amazônia: reflexões sobre o passado e o presente da saúde pública. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, p. 875-878, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt&format=html>>. Acesso em 05 jan. 2022.

MURRIETA, R. S. S O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. **Revista de antropologia**, v. 41, n. 1, p. 97-150, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ra/a/4yCKbDknHMM7VwWgFrcMsRt/?lang=pt>>. Acesso em 27 jan. 2022

MURRIETA, R.S.S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de antropologia**, v. 44, p. 39-88, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ra/a/pFCKfQx6673D4JjJRKm56D/?lang=pt>>. Acesso em 29 jan. 2022

PENA, F. (Org.). **Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: prazer em conhecer**. Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS. Projeto Saúde e Alegria – PSA. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2015. 131 p.

PEREZ, J. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária. **Agricultura familiar, agroecologia e mercados no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 75-83, 2004.

RIBEIRO-SILVA, R.S. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt&format=html#>>. Acesso em 02 jan. 2022

SILVA, L. S. da., ALVES, H. da S., SILVA, D., ROMANO, M. L. P. C. Alimentação na várzea amazônica: estudo dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas do município de Alenquer-PA. **Revista Ciências da Sociedade**, 4(7), 177-206. 2020. <<https://doi.org/10.30810/rcs.v4i7.1406>>. Acesso em 05 de fev, 2022.

SESPA. Secretaria de Estado de Saúde do Pará. Boletim Epidemiológico – Covid-19. Disponível em: < <http://www.saude.pa.gov.br/coronavirus/boletim-epidemiologico-covid/> >. Acesso em 19 jan. 2022

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19. **SER Social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2020

SILVA, A. F. de S. e. **O uso da fauna cinegética e o consumo de proteína animal em comunidades rurais na Amazônia oriental: Reserva Extrativista Tapajós/Arapicuan - Pará - Brasil**. 2008. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Zoologia, Museu Paraense Emílio Goeldi - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008

SILVA FILHO, O. J da; GOMES JÚNIOR, N.N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00095220, 2020. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00095220/> >. Acesso em 01 jan. 2022.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. Annablume Editora, 2008.

World Health Organization - WHO. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19**. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> . Acesso em 02 de jan. 2022

APÊNDICE A- Modelo de Roteiro de Entrevista

1. Como estão os casos da covid-19 na comunidade/ aldeia?
2. De que maneira a pandemia impactou o modo de vida na comunidade/ aldeia?
3. Como as famílias da comunidade/ aldeia tem acessado os alimentos?
- 4 A situação alimentar no dia a dia chegou a mudar?
5. Havia algum produto em que comercializavam e que sofreu impacto com a pandemia?
Quais?
6. Quais os alimentos que mais sentem falta na comunidade/ aldeia?
7. Esses alimentos (que sentem falta) sempre fizeram parte da alimentação da comunidade/ aldeia?

APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre Esclarecido de Entrevista e Imagem

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Pesquisa (título do TCC): “OS EFEITOS DA PANDEMIA COVID-19 SOBRE O CONSUMO E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020 EM POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA RESEX TAPAJÓS ARAPIUNS”

Objetivo: Analisar os principais impactos da pandemia Covid-19 em relação a alimentação e a produção de alimentos em populações tradicionais da RESEX TA

Pesquisadora: Maria Daiane Cardoso Sousa

Orientadora: Danielle Wagner Silva

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE ENTREVISTA E IMAGEM

Eu, _____, no cargo de liderança comunitária: _____ da Comunidade/Aldeia _____, CPF nº _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a): “OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS POPULAÇÕES AGROEXTRATIVITAS DA RESEX TAPAJÓS ARAPIUNS” desenvolvida(o) por MARIA DAIANE CARDOSO SOUSA, discente do Curso de Agronomia, matrícula nº 2013544. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Danielle Wagner Silva, professora vinculada ao IBEF/UFOPA, SIAPE nº 2142828, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (93) 99133-8848 ou e-mail danicawagner@yahoo.com.br. Afirmo que aceitei participar da pesquisa, concedendo e autorizando o uso de informações e imagens com a finalidade exclusiva de colaborar com estudos acadêmicos. Fui informado/a que no uso das informações por mim oferecidas será mantida a confidencialidade ao meu nome. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para mim e sem que eu possa sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as normas do sigilo referente a pesquisa científica outorgada neste país.

_____, PA _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

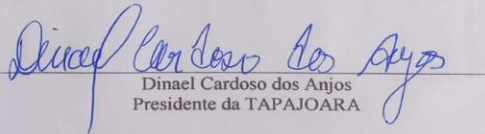
Assinatura do (a) testemunha (a):

ANEXO A- Carta de Aceite

CARTA DE ACEITE

A Organização das Associações das Comunidades e Aldeias da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (TAPAJOARA), inscrita no CNPJ: 03.468.333/0001-38, declara para devidos fins, que concorda e aceita que as Comunidades e Aldeias pertencentes à Resex Tapajós Arapiuns participem do Projeto de Pesquisa com a temática: "Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o consumo e a produção de alimentos no primeiro semestre de 2020 em populações tradicionais da RESEX Tapajós Arapiuns", a ser desenvolvido junto às lideranças nas Comunidades e Aldeias, por Maria Daiane Cardoso Sousa, discente do curso de Agronomia, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), matrícula nº 201300544, orientada por Danielle Wagner Silva, professora vinculada ao IBEF/UFOPA, SIAPE nº 2142828, dando-lhes consentimento para coleta de dados nas comunidades e aldeias visitadas durante o período preestabelecido no cronograma estipulado do projeto supracitado, concordando com a publicação dos resultados encontrados.

Santarém 15 de junho de 2020.


Dinael Cardoso dos Anjos
Presidente da TAPAJOARA

Título letra candara tam 22 negrito

Nome letra candara tam 11 negrito

Instituição – Cidade – Estado – País letra candara tam 11 itálico

ORCID:

Nome letra candara tam 11 negrito

Instituição – Cidade – Estado – País letra candara tam 11 itálico

ORCID:

Resumo letra candara tam 11 negrito

Resumo letra candara tam 11 normal

Palavras-chave: Palavras-chave. Palavras-chave. Palavras-chave. Palavras-chave.
Palavras-chave. letra candara tam 11 normal

Abstract title letra candara tam 11 negrito

Abstract letra candara tam 11 negrito

Abstract letra candara tam 11 normal

Keywords: Keywords. Keywords. Keywords. Keywords. Keywords.

Título del resumen letra candara tam 11 negrito

Resumen letra candara tam 11 negrito

Resumen letra candara tam 11 normal

Palabras clave: Palabras clave. Palabras clave. Palabras clave. Palabras clave. Palabras
clave. letra candara tam 11 normal

1 Introdução letra candara tam 12 negrito

Letra candara tam 12 normal. Espaçamento simples

2 Letra candara tam 12 negrito

Letra candara tam 12 normal. Espaçamento simples.

3 Letra candara tam 12 negrito

Letra candara tam 12 normal. Espaçamento simples.

4 Letra candara tam 12 negrito

Letra candara tam 12 normal. Espaçamento simples.

REFERÊNCIAS

Seguir as nomas da ABNT para referências.

Nome Sobrenome letra candara tam 11 negrito. Titulação. Filiação institucional. Cargo. Endereço para correspondência. E-mail letra candara tam 11 normal

Nome Sobrenome letra candara tam 11 negrito. Titulação. Filiação institucional. Cargo. Endereço para correspondência. E-mail letra candara tam 11 normal

Nome Sobrenome letra candara tam 11 negrito. Titulação. Filiação institucional. Cargo. Endereço para correspondência. E-mail letra candara tam 11 normal

Nome Sobrenome letra candara tam 11 negrito. Titulação. Filiação institucional. Cargo. Endereço para correspondência. E-mail letra candara tam 11 normal

Submetido em:

Aprovado em:

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization)

Curadoria de Dados (Data curation)

Análise Formal (Formal analysis)

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition)

Investigação/Pesquisa (Investigation)

Metodologia (Methodology)

Administração do Projeto (Project administration)

Recursos (Resources)

Software

Supervisão/orientação (Supervision)

Validação (Validation)

Visualização (Visualization)

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft)

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing).

Fontes de financiamento:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTA
CURSO BACHARELADO EM AGRONOMIA

FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA BANCA EXAMINADORA DE TCC

Discente: MARIA DAIANE CARDOSO SOUSA

Título: PANDEMIA DA COVID-19 E ALIMENTAÇÃO EM COMUNIDADES E ALDEIAS DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ

Avaliação do TCC Escrito	
Apresentação do tema Título do trabalho adequado ao objetivo proposto	(até 0,5 ponto) 0,5
Introdução Referencial teórico (em caso de monografia) Apresenta e contextualiza o tema, apresenta os objetivos que foram traçados para desenvolver o TCC; apresentado os elementos teóricos de base da área do conhecimento investigada, bem como a definição dos termos, conceitos e estado da arte pertinentes ao referido campo do TCC.	(até 1,5 pontos) 1,5
Metodologia Descreve os procedimentos metodológicos; descreve com detalhes suficientes a proposta desenvolvida. Realiza avaliação condizente com os objetivos traçados para o trabalho.	(até 1,5 pontos) 1,5
Apresentação e discussão dos resultados Descreve com detalhes suficientes os resultados alcançados, discutindo com outros autores.	(até 2,5 pontos) 2,5
Conclusões ou Considerações finais Referências bibliográficas Apresenta sua síntese do trabalho, de modo a expressar a compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC e a sua contribuição para o tema. O texto apresenta a totalidade das fontes de informação citadas. Literatura apresentada dentro das normas ABNT.	(até 1 ponto) 1,0
Nota final da avaliação do trabalho escrito (soma das notas, máximo 7 pontos)	7,0
Avaliação da apresentação oral e arguição	
Estruturação e ordenação do conteúdo da apresentação	(até 0,5 pontos) 0,5
Clareza e fluência na exposição das ideias	(até 0,5 pontos) 0,5
Domínio acerca do tema desenvolvido (embasamento teórico)	(até 1 pontos) 1,0
Qualidade dos slides e uso dos recursos audiovisuais (texto; figuras, tabelas, gráficos legíveis, etc.)	(até 1,0 pontos) 1,0
Nota final da apresentação oral (soma das notas, máximo 3 pontos)	3,0
Média Final	10,00

Nome do Avaliador: Thiago Almeida Vieira

Assinatura do Avaliador: Thiago
Almeida
Vieira

Assinado de forma
digital por Thiago
Almeida Vieira
Dados: 2022.02.11
16:38:24 -03'00'

Santarém, 11 de Fevereiro de 2022.

FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA BANCA EXAMINADORA DE TCC

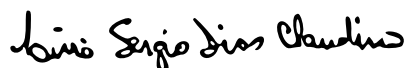
Discente: MARIA DAIANE CARDOSO SOUSA

Título: PANDEMIA DA COVID-19 E ALIMENTAÇÃO EM COMUNIDADES E ALDEIAS DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ

Avaliação do TCC Escrito	
Apresentação do tema Título do trabalho adequado ao objetivo proposto	(até 0,5 ponto) 0,5
Introdução Referencial teórico (em caso de monografia) Apresenta e contextualiza o tema, apresenta os objetivos que foram traçados para desenvolver o TCC; apresentado os elementos teóricos de base da área do conhecimento investigada, bem como a definição dos termos, conceitos e estado da arte pertinentes ao referido campo do TCC.	(até 1,5 pontos) 1,5
Metodologia Descreve os procedimentos metodológicos; descreve com detalhes suficientes a proposta desenvolvida. Realiza avaliação condizente com os objetivos traçados para o trabalho.	(até 1,5 pontos) 1,5
Apresentação e discussão dos resultados Descreve com detalhes suficientes os resultados alcançados, discutindo com outros autores.	(até 2,5 pontos) 2,5
Conclusões ou Considerações finais Referências bibliográficas Apresenta sua síntese do trabalho, de modo a expressar a compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC e a sua contribuição para o tema. O texto apresenta a totalidade das fontes de informação citadas. Literatura apresentada dentro das normas ABNT.	(até 1 ponto) 1
Nota final da avaliação do trabalho escrito (soma das notas, máximo 7 pontos)	7,0
Avaliação da apresentação oral e arguição	
Estruturação e ordenação do conteúdo da apresentação	(até 0,5 pontos) 0,5
Clareza e fluência na exposição das ideias	(até 0,5 pontos) 0,5
Domínio acerca do tema desenvolvido (embasamento teórico)	(até 1 pontos)
Qualidade dos slides e uso dos recursos audiovisuais (texto; figuras, tabelas, gráficos legíveis, etc.)	(até 1,0 pontos) 1
Nota final da apresentação oral (soma das notas, máximo 3 pontos)	3,0

Nome do Avaliador: Livio Sergio Dias Claudino

Assinatura do Avaliador:



Santarém, 11 de Fevereiro de 2022.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos onze dias do mês de Fevereiro de 2022, às 15 horas, em sessão pública na sala virtual do Google Meet aberta por meio do link <https://meet.google.com/vzq-pnoi-wny>, na presença da Banca Examinadora presidida pela Professora Danielle Wagner Silva e composta pelas examinadoras: 1. Thiago Almeida Vieira (UFOPA); 2. Lívio Sérgio Claudino (UNIFESSPA), a aluna MARIA DAIANE CARDOSO SOUSA apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “PANDEMIA DA COVID-19 E ALIMENTAÇÃO EM COMUNIDADES E ALDEIAS DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ” como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado em Agronomia. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela APROVAÇÃO do referido trabalho com a nota final 10,0, divulgando o resultado formalmente à aluna e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pela aluna.

Danielle Wagner Silva

Danielle Wagner Silva
Presidente da Banca Examinadora

Thiago Almeida Vieira
Thiago Almeida Vieira
Examinador 01

Lívio Sérgio Dias Claudino
Lívio Sérgio Claudino
Examinador 02

Maria Daiane Cardoso Sousa
Maria Daiane Cardoso Sousa
Discente

Santarém, PA. 11 de Fevereiro de 2022.